Processo n.º 190/2019

Data do acórdão: 2019-3-28

(Autos em recurso penal)

Assuntos:

- burla
- atenuação especial da pena

S U M Á R I O

No caso, a conduta do arguido causou ao ofendido RMB793.800,00 de avultado prejuízo patrimonial, o que reclama a necessidade da aplicação da pena dentro da sua moldura normal ordinária, em função, pois, das assim prementes exigências da prevenção geral do crime de burla (cfr. o art.º 66.º, n.º 1, do Código Penal acerca do critério material para decisão da atenuação especial da pena).

O relator,

Chan Kuong Seng

Processo n.º 190/2019

(Recurso em processo penal)

Recorrente (arguido): B (B)

ACORDAM NO TRIBUNAL DE SEGUNDA INSTÂNCIA DA REGIÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL DE MACAU

I – RELATÓRIO

Por acórdão proferido a fls. 182 a 187v do subjacente Processo Comum Colectivo n.º CR5-18-0360-PCC do 5.º Juízo Criminal do Tribunal Judicial de Base (TJB), ficou condenado o arguido B, aí já melhor identificado, como autor material, na forma consumada, de um crime de burla em valor consideravelmente elevado, p. e p. pelo art.º 211.º, n.º 4, alínea a), do Código Penal (CP), em quatro anos e seis meses de prisão, e no pagamento de RMB793.800,00 de indemnização a favor do ofendido, com juros legais desde o trânsito em julgado da decisão até efectivo e integral pagamento.

Inconformado, veio o arguido recorrer para este Tribunal de Segunda Instância (TSI), para pedir, na motivação de fls. 195 a 201, a atenuação especial, ou pelo menos a redução, da sua pena nos termos do art.º 66.º, n.º 2, alínea c), do CP, atentos a confissão e o arrependimento da prática dos factos e a falta de antecedentes criminais, rogando, pois, uma pena de prisão não superior a três anos.

Ao recurso, respondeu a fls. 203 a 204 o Digno Delegado do Procurador junto do Tribunal recorrido, no sentido de improcedência do recurso.

Subidos os autos, opinou a Digna Procuradora-Adjunta a fls. 213 a 214, no sentido de manutenção do julgado.

Feito o exame preliminar e corridos os vistos, cumpre decidir.

II – FUNDAMENTAÇÃO FÁCTICA

Do exame dos autos, sabe-se o seguinte:

O acórdão ora recorrido encontrou-se proferido a fls. 182 a 187v, cujo teor integral se dá por aqui integralmente reproduzido.

III – FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

De antemão, cabe notar que mesmo em processo penal, e com exceção da matéria de conhecimento oficioso, ao tribunal de recurso cumpre resolver apenas as questões material e concretamente alegadas na motivação do recurso e devidamente delimitadas nas conclusões da mesma, e já não responder a toda e qualquer razão aduzida pela parte recorrente para sustentar a procedência das suas questões colocadas (nesse sentido, cfr., de entre muitos outros, os acórdãos do TSI, de 7 de Dezembro de 2000 no Processo n.º 130/2000, de 3 de Maio de 2001 no Processo n.º 18/2001, e de 17 de Maio de 2001 no Processo n.º 63/2001).

É nesses parâmetros que vai ser decidida a presente lide recursória.

O arguido começou por pretender a atenuação especial da pena.

Entretanto, a alegada falta de antecedentes criminais, a confissão e o arrependimento da prática dos factos não dão para fazer atenuar relevantemente a necessidade da pena, uma vez que a conduta do recorrente causou ao ofendido RMB793.800,00 de prejuízo patrimonial, que é montante avultado, o que reclama a necessidade da aplicação da pena dentro da sua moldura normal ordinária, em função, pois, das assim prementes exigências da prevenção geral (cfr. o art.º 66.º, n.º 1, do CP acerca do critério material para decisão da atenuação especial da pena).

E agora quanto ao alegado exagero na medida da pena feita pelo Tribunal recorrido: Após ponderado tudo (com consideração de todas as circunstâncias fácticas já apuradas pelo Tribunal *a quo* e descritas como provadas no texto da decisão recorrida) à luz dos padrões da medida da pena vertidos nos art.ºs 40.º, n.ºs 1 e 2, e 65.º, n.ºs 1 e 2, do CP, realiza o presente Tribunal de recurso que não há qualquer injustiça notória na

aplicação de quatro meses e seis meses de prisão ao arguido recorrente por prática, em autoria material, de um crime consumado de burla em valor consideravelmente elevado.

Naufraga, pois, o recurso, sem mais indagação por desnecessária.

IV – DECISÃO

Dest’arte, acordam em negar provimento ao recurso.

Custas do recurso pelo arguido, com três UC de taxa de justiça e mil e oitocentas patacas de honorários a favor do seu Ex.^{mo} Defensor Oficioso.

Comunique a presente decisão ao ofendido.

Macau, 28 de Março de 2019.

Chan Kuong Seng
(Relator)

Tam Hio Wa
(Primeira Juíza-Adjunta)

Chou Mou Pan
(Segundo Juiz-Adjunto)